



EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE EM CURSOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

EDUCACIÓN PARA LA SEXUALIDAD EN CURSOS DE GRADO EN CIENCIAS BIOLÓGICAS: ANÁLISIS DE PROYECTOS PEDAGÓGICOS EN INSTITUCIONES FEDERALES EN RIO GRANDE DO SUL

EDUCATION FOR SEXUALITY IN DEGREE COURSES IN BIOLOGICAL SCIENCES: ANALYSIS OF PEDAGOGIC PROJECTS AT FEDERAL INSTITUTIONS IN RIO GRANDE DO SUL

Emanuelly Wouters¹

Daniele Acosta²

RESUMO

A presente pesquisa foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos, da Universidade Federal do Rio Grande. O objetivo foi “analisar como os projetos pedagógicos e/ou as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul abordam a temática Educação para a Sexualidade”. A metodologia consistiu em uma análise documental dos projetos pedagógicos e/ou as matrizes curriculares dos cursos referidos. Os resultados apontaram que apenas uma instituição possui uma disciplina que estuda nomeadamente o tema, as demais articulam o tema a outras disciplinas; duas instituições não possuem disciplina que mencione a temática e uma instituição não possuía documentos disponíveis para análise. Acredita-se que os documentos precisam ser mais específicos, na tentativa de fortalecer e embasar os/as docentes formadores acerca da abordagem da Educação para a Sexualidade.

¹ Mestre em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul, Panambi, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutora em Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para a Sexualidade. Projetos Pedagógicos e Matriz Curricular. Formação Inicial de Professores de Ciências Biológicas.

RESUMEN

La presente investigación fue presentada como Trabajo de Terminación del Curso de Especialización en Educación para la Sexualidad: de los currículos escolares a los espacios educativos, en la Universidad Federal de Rio Grande. El objetivo fue “analizar cómo los proyectos pedagógicos y/o las matrices curriculares de los cursos de licenciatura en Ciencias Biológicas de las instituciones federales de Rio Grande do Sul abordan el tema Educación para la Sexualidad”. La metodología consistió en un análisis documental de los proyectos pedagógicos y/o de las matrices curriculares de los referidos cursos. Los resultados mostraron que solo una institución tiene una disciplina que estudia específicamente el tema, las demás articulan el tema con otras disciplinas; dos instituciones no tienen una disciplina que mencione el tema y una institución no tenía documentos disponibles para el análisis. Se cree que los documentos necesitan ser más específicos, en un intento de fortalecer y fundamentar a los formadores de docentes en el enfoque de Educación para la Sexualidad.

PALABRAS-CLAVE: Educación para la Sexualidad. Proyectos Pedagógicos y Matriz Curricular. Formación Inicial de Profesores de Ciencias Biológicas.

ABSTRACT

The present research was presented as Completion Work of the Specialization Course in Education for Sexuality: from school curricula to educational spaces, at the Federal University of Rio Grande. The objective was to “analyze how the pedagogical projects and/or the curricular matrices of the degree courses in Biological Sciences of the federal institutions of Rio Grande do Sul approach the theme Education for Sexuality”. The methodology consisted of a documentary analysis of the pedagogical projects and/or the curricular matrices of the referred courses. The results showed that only one institution has a discipline that specifically studies the theme, the others articulate the theme with other disciplines; two institutions do not have a discipline that mentions the theme and one institution did not have documents available for analysis. It is believed that the documents need to be more specific, in an attempt to strengthen and base the teacher trainers on the approach of Education for Sexuality.

KEYWORDS: Education for Sexuality. Pedagogical Projects and Curricular Matrix. Initial Training of Biological Sciences Teachers.

* * *

O ato de ensinar é permeado por desafios, por rupturas e por resistências, por ensaios e por erros, por frustrações e êxitos, diante dos quais, cabe ao professor assumir uma atitude científica, ou seja, apoiar-se na ciência da educação, utilizando-se de procedimentos adequados e criativos.

Jeronimo Sartori

Primeiras palavras: Introdução

Nora Ney Santos Barcelos e Daniela Franco Carvalho Jacobucci afirmam que a “informação e o conhecimento sem reflexão são incapazes de promoverem mudança de comportamento” (2011, p. 04). Paulo Freire (1991, p. 58) escreve que “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática”. A docência é um processo de formação constante e inconcluso, a reflexão da prática é, também, parte desse processo. Assim, processos de reflexão, são o que promovem mudanças na prática.

Os temas estudados durante o curso de licenciatura são alicerce do exercício da prática docente. Isto porque, os processos de reflexão da prática e da teoria são iniciados, geralmente, durante a formação inicial. Nesse sentido, as discussões e reflexões sobre a prática pedagógica, sobre a educação, sobre o processo de ensino e aprendizagem, sobre a construção do conhecimento, dentre outros temas que permeiam o meio educacional, são discutidos nessa etapa formativa.

Sobre o tema Educação para a Sexualidade não é diferente. Se este é um tema que deve ser trabalhado na Educação Básica, necessariamente deve ser discutido durante a formação inicial de professores/as. Para Barcelos e Jacobucci, em relação a este tema, “existe uma necessidade de reformular conceitos equivocados, errôneos e preconceituosos” (2011, p. 04). Aqui, parte-se da premissa que há necessidade deste tema fazer parte do currículo da Educação Básica, o que, automaticamente, implica em fomentar discussões na formação inicial de professores/as – atores/as sociais escolares responsáveis diretos pela elaboração e pelo desenvolvimento do currículo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas (PARECER N.º: CNE/CES 1.301/2001), não contemplam a temática de Educação para a Sexualidade como um conteúdo que deve ser trabalhado neste curso. O documento abrange apenas de forma superficial, quando cita questões relacionadas à saúde, o estudo dos seres vivos e a relação entre eles e o meio ambiente e a discriminação de gênero.

Todavia, a tarefa de abordar esse tema na escola não é fácil, pois envolve valores morais e incide sobre os/as professores/as de Ciências/Biologia. Para esses profissionais, poucas vezes é oferecida uma formação que discuta efetivamente

Educação para a Sexualidade, deixando de contribuir para o desenvolvimento das aulas que versam sobre este tema, conforme apontam Dianne Cassiano de Souza, Leandro Jorge Coelho, Luciana Maria Lunardi Campos (SOUZA; COELHO; CAMPOS, 2020).

Lara Torrada, Paula Regina Costa Ribeiro e Juliana Lapa Rizza (2020) desenvolveram uma pesquisa voltada às estratégias utilizadas pelos/as professores/as em relação às resistências aos debates de gênero e sexualidade na escola. Nas entrevistas realizadas, os/as professores/as relataram as dificuldades de abarcar este tema, com a falta de aceitação das famílias, objeção dos pais, a ideia de que as discussões de gênero vão contra os interesses da família tradicional, movimento antigênero, escola sem gênero, entre outras.

Embora tais dificuldades, sabe-se que debater Educação para a Sexualidade na Educação Básica possibilita que as crianças e os adolescentes “rompam com discursos hegemônicos referentes às questões de gênero e sexualidade, do mesmo modo que abre espaço para que os sujeitos que fogem ao padrão percebam suas vidas como possíveis” (TORRADA; RIBEIRO; RIZZA, 2020, p. 17). Assim, sustenta-se a importância de resistir às dificuldades e criar estratégias que reforcem essas discussões dentro da escola, pois fazem parte da vida dos/as sujeitos/as, quebram paradigmas e orientam os/as alunos/as.

Nessa perspectiva, considera-se imprescindível que o tema Educação para a Sexualidade faça parte do cotidiano de educadores/as e futuros/as educadores/as e, por isso, o estudo desse tema é de suma relevância. Diante disso, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como base uma investigação dos Projetos Pedagógicos dos cursos na modalidade presencial de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o problema de pesquisa proposto é: Como os projetos pedagógicos e/ou as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul abordam a temática Educação para a Sexualidade?

Com vistas a responder o problema de pesquisa, alinhamos os objetivos geral e específicos. Tais objetivos guiaram o desenvolvimento da pesquisa. O Objetivo Geral foi: “Analisar como os projetos pedagógicos e/ou as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul abordam a temática Educação para a Sexualidade”. Os objetivos específicos foram dois: “Verificar se os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais

do Rio Grande do Sul compreendem em seu Projeto Pedagógico e/ou Matriz Curricular e o estudo da temática de Educação para a Sexualidade” e “Avaliar de que forma a Matriz Curricular e/ou o Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul orientam os/as futuros/as professores a trabalhar a temática de Educação para a Sexualidade na prática docente.” A partir destes objetivos, desenvolveu-se a metodologia do estudo.

Palavras que servem de suporte: o referencial teórico

Este capítulo mobiliza reflexões a respeito das dificuldades e da importância de incluir a temática da Educação para a Sexualidade na formação inicial de professores. Para Carvalho e Júnior (2017), a Educação para a Sexualidade em nosso país é herdeira do determinismo biológico. Denize Bastos de Araújo, Izaura Santiago da Cruz e Maria Conceição Carvalho Dantas corroboram afirmando que, historicamente, a Educação para a Sexualidade esteve estritamente ligada a um viés biologicista, questões de reprodução e prevenção de doenças (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018). Contudo, as lutas pelos direitos da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais) e a **epistemologia feminista** têm buscado a inserção de problematizações entorno da temática da Educação para a Sexualidade de forma integral, que incluam, “as múltiplas possibilidades de vivências afetivo-sexuais, a constituição de papéis generificados na sociedade, o combate à violência de gênero, o combate a homo, lesbo e bifobia, por exemplo” (CARVALHO; JÚNIOR, 2017).

Para Barcelos e Jacobucci (2011), a temática da Educação para a Sexualidade é um desafio para os/as professores/as, por diferentes motivos, dentre os quais estão as percepções individuais dos/as professores/as sobre o assunto cercadas por tabus, pela influência das questões religiosas e familiares, por diversidades e preconceitos.

Solange Aparecida de Souza Monteiro e Paulo Rennes Marçal Ribeiro afirmam que: “Nos últimos três anos, detectamos um número crescente de casos de violência contra a mulher e contra a população LGBT, assim como o crescimento de discursos de ódio e de atos atabalhados de repressão sexual, especificamente a censura [...]” (2020, p. 03). Os autores atribuem essa crescente violência à difusão do conservadorismo religioso que tem se instaurado na sociedade brasileira nos últimos anos.

Por isso, é preciso permanecer firme na concepção de que o estudo da temática Educação para a Sexualidade é essencial, pois vive-se em tempos caóticos e sombrios, na qual muitos assuntos vêm sendo tratados como tabus, representando um regresso com algo que já estava sendo desconstruído. Tais estudos, reforça-se, necessitam urgentemente estarem presentes nos currículos dos cursos de formação inicial de professores.

Paraíso afirma que “Pela dimensão de incontrolável do currículo, tenta-se controlar os materiais didáticos e as avaliações, e tenta-se também criminalizar os/as docentes que persistirem e falarem sobre o tema na escola.” (2016, p. 390) . Nesse sentido, não se pode ceder à esta pressão. Segundo Matheus Vitor, Virgínia Iara de Andrade Maistro e Andréia de Freitas Zômpero,

é comum encontrarmos muitas resistências quanto ao trabalho pedagógico dessas temáticas por grupos que se denominam conservadores e defensores da moral e de bons costumes, cuja principal crítica ao trabalho destas questões nas escolas é embasada em discursos contra os direitos humanos e julgamentos que tais temas devem ser tratados apenas pelas famílias, do seu ponto de vista religioso, moral e ético. (2020, p. 02).

Nesse sentido, a escola sofre por ser influenciada pela sociedade e pelas práticas difundidas “proporcionados pela visão restrita, preconceituosa e ideológica que pulula em uma sociedade que se submete à ignorância” (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 03). Esta sociedade conservadora preocupa-se veementemente com a proibição de falar questões relativas à sexualidade, que vão além de somente biológico e fisiológico, na escola. Barcelos e Jacobucci (2011) afirmam que os/as professores/as são imprescindíveis na Educação para a Sexualidade na escola e reiteram que é importante que sejam desenvolvidos trabalhos deste tema na formação inicial de professores/as,

para que possa ocorrer uma melhor orientação aos alunos sobre os mitos que envolvem as questões sexuais, informações na perspectiva do conhecimento científico e reconstrução dos saberes que a sociedade, mídia e família imprimiram nos discentes, por meio de padrões de comportamento e diversas linguagens, incluindo textos e imagens. (2011, p. 03).

Há necessidade dessas questões serem trabalhadas na formação inicial de professores/as de Ciências Biológicas para que perdurem o exercício da prática docente

na Educação Básica. Para Vitor, Maistro e Zômpero (2020), há um certo despreparo dos/das professores/as devido a falha na formação acadêmica, aos tabus naturalizados em si como verdades ou ainda problemas relacionados à própria vivência da sua sexualidade. Essas questões influenciam na prática docente, apresentando “uma tendência na ação docente em reprimir os estímulos dos alunos ou não incentivar o desenvolvimento de discussões acerca do tema” (2020, p. 10).

Segundo Jéssica Karine Marques (2020), a discussão da temática da Educação para a Sexualidade fica condicionada ao/a professor/a formador/a, visto que não há uma disciplina específica de Educação para a Sexualidade em todos os cursos de licenciatura. Para a mesma autora (2020):

A escola tem um papel fundamental na construção sociocultural e educacional das/os estudantes, é uma instituição encarregada do desenvolvimento humano, social e individual, tendo um papel de ensinar a conviver com as diferenças, formando jovens críticos para a cidadania. Porém, nota-se que há um lapso na ação educacional e no conhecimento quando nos referimos à sexualidade. (2020, p. 78).

Nessa perspectiva, cientes de que é responsabilidade da escola contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial do ser humano, este ‘lapso’ citado pela autora no que se refere à sexualidade não deve existir, este é um tema que necessita ser abordado com liberdade e tranquilidade na escola, sem os tabus que há muito tempo se instalam. Então, se ainda há tabus e ainda há o referido lapso, o lugar para começarem as mudanças de concepção, assim como, discussões e reflexões sobre Educação para a Sexualidade e sua importância para a formação integral do aluno, é na formação inicial daqueles que serão responsáveis por abordar este tema na sala de aula: os/as professores/as.

Silva (2010, p. 27) define que o currículo, “está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz.” Nessa perspectiva, incluir Educação para a Sexualidade no currículo engloba toda a formação como seres humanos e implica em mudanças de quem somos e do que fazemos. Segundo Marques, é na formação inicial que os futuros/as professores/as “terão a oportunidade de refletir sobre a maneira de desenvolver a temática em sala de aula” (2020, p. 78). Nessa perspectiva, é preciso que o currículo da formação inicial de professores compreenda práticas que farão parte não só do que estes professores ensinarão, mas também, de quem se tornarão.

Desse modo, a formação precisa promover reflexões sobre o referido tema, além de proporcionar um espaço de integração aos licenciandos/as, contribuindo para que “aprendam a enfrentar uma casuística em relação a Educação em Sexualidade” (MARQUES, 2020, p. 80). Para a autora, a formação de professores/as para trabalhar a Educação para a Sexualidade “deve ser uma formação que trabalhe muito mais nas universidades como um todo, principalmente, nos cursos de licenciatura e aqueles que envolvem educação, integrando questões sobre o respeito, igualdade de gênero, direitos humanos, e igualdade” (2020, p. 79).

Palavras que alinham e definem: a trajetória metodológica

A atividade docente é um caminho de construções movido pelas reflexões e pesquisas desenvolvidas sobre os processos de formação e o exercício da prática docente, as quais modificam os conceitos da educação no âmbito social. Apesar disso, pretende-se responder o problema da pesquisa ao desenvolver a pesquisa proposta com intuito de auxiliar educadores/as e futuros/as educadores/as a compreenderem a importância das discussões da Educação para a Sexualidade nos cursos de formação inicial de professores/as de Ciências Biológicas.

Conforme Menga Ludke e Marli Eliza Dalmazo Afonso André, “ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo” (1983, p. 12). Tendo em vista que a pesquisa quantitativa não dá conta de analisar os fenômenos educacionais, a abordagem dessa pesquisa é qualitativa, pois permite a análise do contexto, a interpretação do objeto, o contato maior do pesquisador com o objeto, bem como, considera as singularidades e particularidades do objeto, não tendo uma estrutura imutável (LUDKE; ANDRÉ, 1983.).

Segundo Antônio Carlos Gil (2008) há pesquisas que coletam dados de “papeis”, sendo enquadradas neste grupo as pesquisas documental e bibliográfica. O autor afirma que deve ser feito um delineamento, considerando a forma que serão coletados e interpretados os dados, além do controle das variáveis.

Assim, considerando o objetivo geral “analisar como os projetos pedagógicos e/ou as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul abordam a temática Educação para a Sexualidade”, é preciso analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em

Ciências Biológicas das instituições referidas. Assim, essa pesquisa se enquadra no grupo supracitado (GIL, 2008), pois é uma Pesquisa Documental.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (LUDKE e ANDRÉ, 1983, p. 39).

Conforme Jackson Ronie Sá-Silva, Cristóvão Domingos de Almeida e Joel Felipe Guindani, pesquisar documentos é uma boa fonte de dados, pois ajuda a compreender o contexto histórico social em que o objeto se situa (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Segundo os autores, é preciso informar-se sobre o documento que será analisado, o contexto histórico em que foi criado, os/as autores/as do documento e a autenticidade e a natureza do texto. Para isso, o documento analisado foi o Projeto Pedagógico dos cursos.

Nessa perspectiva, para realizar essa investigação buscou-se no site dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul o Projeto Pedagógico de cada curso, com exceção de uma instituição, a Universidade Federal de Santa Maria, da qual analisamos a Matriz Curricular, pois seu PPC não continha as informações que buscávamos. O link do site de cada curso investigado e sua respectiva instituição encontra-se no Quadro 1. Nos documentos, foi investigada a temática Educação para a Sexualidade, descrevendo e refletindo sobre a forma como é abordada em cada curso.

O Projeto não precisou ser submetido a um Comitê de Ética, pois tem como objeto de pesquisa materiais públicos. Para apresentar os resultados didaticamente foi elaborado um quadro (Quadro 2) contendo informações sobre a universidade, o curso, a disciplina que aborda os conteúdos em pauta, o semestre em que é oferecida a respectiva disciplina e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou Matriz Curricular analisado.

QUADRO 1: *Links dos sites dos cursos das instituições investigadas.*

Instituição	Link do site do curso
Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigaa/public/cu rso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=60512
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	https://ifrs.edu.br/sertao/ensino/cursos superiores/licenciatura-em-ciencias biologicas/
Instituto Federal Sul-riograndense (IFSUL)	http://old.cavg.ifsul.edu.br/licenciaturas/1229- lic- ciencias-biologicas.html
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	https://www.uffs.edu.br/atos normativos/ppc/cccbclcl
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasbiol ogicas/pagina_fixa/ppc/
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	https://wp.ufpel.edu.br/ib/graduacao-em ciencias-biologicas/
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/sa nta maria/ciencias-biologicas/informacoes-do curriculo
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	https://biologicalicenciatura.furg.br/proj eto pedag%C3%B3gico-do-curso.html
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduac ao/c ursos/exibeCurso?cod_curso=1680

Fonte: arquivo das autoras, 2022.

QUADRO 2: Informação das instituições pesquisadas.

Instituição	Nome do curso	Nome da disciplina	Se m .	Documento analisado
Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	Licenciatura em Ciências Biológicas	Diversidade e Educação Inclusiva	6º	Projeto Pedagógico do Curso <i>campus</i> Panambi
		Prática do Ensino de Biologia II	2º	

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	Licenciatura em Ciências Biológicas	-	-	Projeto Pedagógico do Curso <i>campus</i> Sertão
Instituto Federal Sul riograndense (IFSUL)	Licenciatura em Ciências Biológicas	Estudo Sócio Antropológico da Educação Biologia II	1º 2º	Projeto Pedagógico do Curso <i>campus</i> Pelotas
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Licenciatura em Ciências Biológicas	Temas Contemporâneos em Educação Estágio Curricular Supervisionado: Educação Não Formal	5º 6º	Projeto Pedagógico do Curso <i>campus</i> Cerro Largo
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Licenciatura em Ciências Biológicas	Biologia e Sociedade	1º	Projeto Pedagógico do Curso <i>campus</i> São Gabriel
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Licenciatura em Ciências Biológicas	Corpos, gêneros e sexualidades Diversidade e Inclusão	- 1º	Projeto Pedagógico do Curso
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Licenciatura em Ciências Biológicas	Didática das Ciências Biológicas IB Tópicos Transversais Para a Formação Docente II	4º 8º	Matriz Curricular do Curso
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Licenciatura em Ciências Biológicas	-		Projeto Pedagógico do Curso
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Licenciatura em Ciências Biológicas	-		-

Fonte: arquivo das autoras, 2021

Palavras que apontam os resultados

O processo de busca foi realizado no site do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de cada instituição investigada, com vistas a localizar o Projeto Pedagógico destes cursos. Após entrar no site e encontrar o documento foi desenvolvida uma leitura exploratória do documento voltada ao tema desta pesquisa, em seguida, realizou-se uma leitura crítica com o objetivo de compreender o material e, por fim, uma leitura interpretativa dos dados, como orientam Telma Cristiane Sasso Lima e Regina Célia Tamasso Mioto (LIMA e MIOTO, 2007).

Todavia, na instituição que, em seu PPC, não continha as informações sobre as disciplinas, foi necessário buscar a Matriz Curricular, que é o caso da Universidade Federal de Santa Maria. Já no site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não foi localizado o PPC do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertado na modalidade presencial. Contudo, mencionamos, mesmo assim, a UFRGS por fazer parte do grupo investigado neste TCC, que engloba as instituições federais do Rio Grande do Sul que possuem o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na modalidade presencial.

Análise da temática nos Projetos Pedagógicos dos cursos ou Matriz Curricular

Neste subcapítulo discorre-se sobre as disciplinas localizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) que abordam a temática deste estudo – Educação para a Sexualidade. A coleta dos dados dessa etapa foi realizada entre os dias 17 e 31 de agosto de 2021. Foram investigadas nove instituições federais do Rio Grande do Sul.

A primeira Instituição trata-se do IFFar, a qual oferece o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no período noturno, sendo distribuído em 8 semestres. Possui uma disciplina obrigatória específica para o estudo do tema desta pesquisa, denominada “Diversidade e Educação Inclusiva”, com carga horária de 72 horas, sendo ofertada no 6º semestre do curso. Em sua ementa, dentre outros temas que dizem respeito à diversidade, está prevista a discussão de “Gênero e Educação” (BRASIL, 2020, p. 54). Essa denominação infere que os/as licenciandos/as discutem, no decorrer da disciplina, o tema de Gênero relacionado à Educação e à Diversidade.

Embora essa disciplina não indique a discussão sobre sexualidade, há outra denominada Prática do Ensino de Biologia II – Prática enquanto Componente Curricular, no 2º semestre, com carga horária de 50 horas, que expressa debates acerca das “Fases do Desenvolvimento Embriológico e Educação Sexual, Sexualidade em Perspectiva Psicanalítica. Gênero e Diversidade na educação” (BRASIL, 2020, p. 44). Tal descrição desta última disciplina citada, aponta para discussões em torno da sexualidade.

O IFRS, segunda instituição do quadro, não apresenta nenhuma disciplina com discussões de Educação para a Sexualidade.

O IFSUL, terceira instituição, possui uma disciplina que vincula Educação para Sexualidade à aprendizagem da anatomia e fisiologia do corpo humano. A disciplina é denominada Biologia II, ofertada no 2º semestre e possui carga horária de 60h. Em relação ao viés biológico, sua ementa prevê noções sobre anatomia e funções dos sistemas do corpo humano, evolução e processos biológicos e interação com organismos simples e equilíbrio do corpo. Já no que se refere ao viés de Educação para a Sexualidade, indica:

Estudos transversais sobre Educação Sexual na educação básica. [...] Elaboração de metodologias de ensino para o estudo do corpo humano, saúde e biodiversidade. Debate sobre metodologias para abordar o tema transversal Educação Sexual no ensino fundamental. (BRASIL, 2015, p. 44).

Assim, pode-se observar que a instituição indicada apresenta uma disciplina que articula as discussões de viés biologicista às discussões de Educação para a Sexualidade no ensino fundamental, ou seja, com os/as alunos/as dos/as futuros/as professores/as do curso. Inclui também, os debates sobre as metodologias a serem utilizadas em sala de aula. Além dessa disciplina, há a disciplina de Estudo Sócio-Antropológico da Educação, ofertada no 1º semestre com carga horária de 45 horas, que inclui estudos de Gênero e Educação.

A UFFS, quarta instituição no quadro, possui, no 5º semestre do curso, uma disciplina de 60h denominada “Temas Contemporâneos em Educação”, a qual se volta à discussão de questões de diversidade, incluindo Gênero e Sexualidade e objetiva: “Discutir temáticas contemporâneas no contexto educacional como elementos estruturantes da formação de professores, tendo como referência a diversidade como

articuladoras das propostas de ensino” (BRASIL, 2018, p. 111). Assim, observa-se que as discussões de Gênero e Sexualidade se dão nesta disciplina articuladas ao contexto educacional.

Ainda nesta instituição o Estágio Curricular Supervisionado: Educação Não Formal, que ocorre no 6º semestre, contempla a abordagem de temas amplos dentre os quais, a Educação Sexual. Objetiva:

Vivenciar e refletir ações educativas em espaços não-formais da educação, por meio da produção de um projeto educativo contemplando temáticas das Ciências e temas transversais e contemporâneos em Educação, bem como interagir com diferentes linguagens características de cada contexto vivenciado. (BRASIL, 2018, p. 25).

Além disso, a instituição estrutura o curso por meio de três eixos: o de domínio comum, o de domínio conexo e o de domínio específico. Tais eixos possuem diferentes disciplinas e, por vezes, são subdivididos em outros eixos. O eixo de domínio conexo contempla nove disciplinas e seis sub-eixos, sendo o sub-eixo III, do domínio conexo, denominado “Diversidade e Inclusão”, o qual aborda temas de diversidade, incluindo as diferenças de identidade sexual e as questões de gênero e sua problemática no contexto das relações entre homens e mulheres (BRASIL, 2018), tendo como objetivo formar licenciandos/as “para tratar a diversidade na perspectiva de inclusão, superando preconceitos e posturas discriminatórias que possam levar à exclusão das diferenças” (BRASIL, 2018, p. 59).

A quinta instituição – UNIPAMPA - a única disciplina que menciona uma temática relacionada à Educação para a Sexualidade e Gênero é Biologia e Sociedade, tendo 60h e ofertada no 1º semestre do curso. Na ementa da disciplina, estão diversos conteúdos dentre eles “Saúde e Orientação Sexual” (BRASIL, 2013, p. 38). Todavia, os objetivos da disciplina parecem incidir mais sobre o campo e atuação profissional do/a biólogo/a. Por outro lado, o PPC expressa que o/a egresso/a do curso deve “reconhecer formas de discriminação racial, social, de gênero, etc. que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica” (BRASIL, 2013, p. 17), embora não fique explícito qual a contribuição do curso para esta característica esperada.

A UFPEL possui uma disciplina optativa de 45h, chamada “Corpos, gêneros e sexualidades”. Tal disciplina contempla o estudo de Gênero e Diversidade Sexual

mediante, “questões relacionadas à igualdade de gênero, a não discriminação por sexo, a orientação sexual, a identidade e os principais conceitos operatórios do campo e sua função política: protagonismo e empoderamento” (BRASIL, 2019, p. 27). Esta disciplina tem como objetivos:

Problematizar as relações universitárias sob a perspectiva do gênero e da diversidade na formação inicial de discentes universitários tendo em vista a necessidade apontada no campo social do trato transversal dessa temática nos currículos escolares e universitários. Analisar as relações ciência, trabalho, mídias, religião e o corpo. Estudar a criação dos gêneros como construção social e cultural na perspectiva da Teoria Queer, Nietzsche, Foucault, Deleuze e Guattari. (BRASIL, 2019, p. 116).

Sua ementa prevê como metodologia “debates, roda de conversa, material visual, aulas abertas, participação de convidados, entre outras atividades” (BRASIL, 2019, p. 116) que compreendam discussões relativas aos seus objetivos. Ou seja, voltadas a assuntos como a não discriminação, a orientação sexual e a identidade de gênero.

Além disso, o curso possui a disciplina obrigatória “Diversidade e Inclusão”, ofertada no primeiro semestre, com 54 horas/aula, que visa aproximar os/as alunos/as de debates que incluem diversidade de gênero e outros temas relacionados à realidade escolar. O curso também possui a disciplina de Fundamentos Psicológicos da Educação, ofertado no segundo semestre com 72h/a, que inclui dentre seus objetivos: “Problematizar questões psicossociais e contemporâneas que atravessam a prática docente, tais como: diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, bullying, inclusão, entre outros temas emergentes; (BRASIL, 2020, p. 67).

A UFSM, sétima instituição, não possui em seu PPC especificações sobre as disciplinas, por isso, foi necessário analisar a Matriz Curricular de todas as disciplinas com vistas a encontrar o tema Educação para a Sexualidade. As duas disciplinas que abordam o tema são: “Didática das Ciências Biológicas IB” ofertada no 4º semestre, possuindo 30 horas/aula e “Tópicos Transversais para a Formação Docente II”, no 8º semestre, tendo carga horária de 30h.

A primeira visa problematizar, dentre outros temas, questões de sexualidades, corpo e gênero no contexto educacional e social, tendo no programa: o estudo de artefatos e pedagogias culturais e sua influência nas produções de corpo; e especificidades das relações de diversidade de gênero e sexualidade (BRASIL, 2019). A segunda disciplina contempla reflexões acerca da diversidade de gênero e sexual

enquanto princípios de equidade na formação docente, o seu programa aborda aspectos de gênero e sexualidade.

A FURG não possui, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, disciplina que mencione a temática da Educação para a Sexualidade. Contudo, possui a disciplina de Sociedade Educação e Relações Étnico-Raciais, ofertada no 7º semestre, com carga horária de 36 horas/aula, que prevê o estudo de “Aspectos sociais e antropológicos referentes às comunidades tradicionais, implicações ideológicas e o respeito à particularidade da diversidade” (BRASIL, 2019, p. 62).

A última instituição do quadro é a UFRGS, apesar de possuir curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na modalidade presencial, não apresentou em seu site o PPC. Como o objetivo deste estudo compreende todas as instituições federais do RS que ofertam o curso, menciona-se a UFRGS, mesmo sem ter dados para analisar.

Cursos com núcleos sobre Educação para a Sexualidade

Com vistas a ampliar o espectro de possibilidades de compreensão sobre a forma que as instituições abordam a temática de Educação para a Sexualidade, bem como, contribuir para atender os objetivos específicos deste estudo, buscou-se nos PPC's se as instituições possuem núcleos relacionados à temática e conectados à formação de professores/as nos cursos analisados. Assim, neste subcapítulo, apresenta-se os dados referentes a estes núcleos em cada instituição que contém menções nos PPC's analisados. A coleta dos dados dessa etapa foi realizada no dia 26 de outubro de 2021, referente as mesmas nove instituições federais do Rio Grande do Sul supracitadas.

O IFFAR possui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), o qual “tem atuado em contato direto com os acadêmicos do Curso mediante as atividades que desenvolve” (BRASIL, 2020, p. 18) por meio de campanhas e eventos. O NUGEDIS visa proporcionar discussões e reflexões sobre Gênero e Diversidade Sexual na comunidade externa e interna, tendo em vista que essa temática faz parte dos espaços e do currículo dos/as futuros/as professores/as.

O IFRS, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), expressa a visão da instituição sobre o tema e articulações com a formação dos/as futuros/as professores/as neste curso. Tais articulações ocorrem por meio do Núcleo de Estudos

e Pesquisa em Gênero (NAPGE). Segundo o documento analisado este núcleo está vinculado “à Pró -Reitoria de Extensão do IFRS e desenvolve ações afirmativas que abrangem o ensino, a pesquisa e a extensão” (BRASIL, 2017, p. 141). No ano em que foi elaborado o PPC, o NAPGE estava em fase de implementação, mas já determinava que:

A articulação do curso com os núcleos ocorre para o cumprimento de diferentes finalidades, desde o envolvimento na elaboração da matriz curricular, passando pelo apoio pedagógico aos estudantes, e ao envolvimento de servidores e estudantes em projetos de pesquisa, extensão e ensino. (BRASIL, 2017, p. 141).

Conforme é possível observar, dentre seus objetivos está: “Propor políticas, Programas, Ações e/ou Atividades que envolvam as temáticas relacionadas a Corpo, Gênero, Sexualidade e Diversidade no Campus” (BRASIL, 2017, p. 142). Além disso, prevê estudos sobre as temáticas precedentes com vistas a contribuir para os currículos dos cursos, visa adquirir materiais e equipamentos pedagógicos e “Discutir a importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais, com ênfase nas desigualdades de gênero” (BRASIL, 2017, p. 143).

Dentre as concepções pedagógicas do curso está a transdisciplinaridade, expressa como a articulação das disciplinas com as atividades interdisciplinares, “por meio de ações pedagógicas como: seminários temáticos, fóruns de debate, projetos de extensão, palestras, visitas técnicas e outras” (BRASIL, 2017, p. 23). O PPC menciona essas articulações feitas mediante projetos de ensino, pesquisa e extensão, nos quais, conforme supracitado, inclui-se o NAPGE.

Como o PPC foi elaborado em 2017, ano em que o NAPGE ainda estava em fase de implementação, é possível que, na instituição, os objetivos sejam ações concretas, possibilitando a melhoria do currículo incluindo disciplina(s) específica(s) para auxiliar os/as licenciandos/as na temática. Contudo, como ainda não há um documento atualizado, são apenas suposições. Pode-se apenas afirmar que a instituição prevê, articulação do NAPGE com o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas para a discussão de temas relativos à Educação para a Sexualidade.

A UFPEL possui o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN), que promove ações e eventos visando a inclusão de grupos externos e internos a ações de gênero, incentivando discussões sobre a temática. O NUGEN também defende a ampliação de disciplinas que incluam conteúdos que abordem as temáticas da sexualidade e

identidade de gênero.

O IFSUL, a UFFS, a UNIPAMPA, a UFSM e a FURG não contemplam no PPC do curso analisado menções a nenhum núcleo da instituição relacionado à temática. Salientamos que o documento analisado – Projeto Pedagógico dos Cursos – não define que as demais instituições não possuem Núcleos relacionados à temática, apenas que estes, se existem, não são citados no documento articulando-os aos cursos de licenciatura em ciências biológicas.

Verificando a abordagem do perfil do egresso em relação à temática

Sabendo que um dos objetivos específicos se refere à maneira como os/as futuros/as professores/as são orientados a trabalhar Educação para a Sexualidade, buscou-se investigar as competências e as habilidades do perfil do/a egresso/a nos PPC's analisados, pretendendo contribuir para o alcance deste objetivo. Diante disso, apresenta-se, neste subcapítulo, as instituições que abarcam em seu PPC competências e habilidades do/a egresso/a voltadas à temática. A coleta dos dados dessa etapa foi realizada no dia 26 de outubro de 2021, referente as mesmas nove instituições federais do Rio Grande do Sul supracitadas.

O IFFAR não possui menções relacionadas à Educação para a Sexualidade, mas menciona que o/a egresso/a deve estar apto a “acolher, respeitar e dialogar com a diversidade existente na comunidade escolar e social” (BRASIL, 2020, p. 20).

O IFRS, a UNIPAMPA, e a UFPEL, baseiam-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas. Por isso, com redação idêntica, nas competências e habilidades do perfil do/a egresso/a, defendem que o/a egresso/a deve ser capaz de reconhecer formas de discriminação de gênero, sendo capaz de se posicionar “diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência;” (IFRS, 2017, p. 21; UNIPAMPA, 2013, p. 17; UFPEL 2020, p. 22). A FURG também se baseia nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Biológicas, mas não cita, em seu PPC, o mesmo que as instituições supracitadas e, sim, afirma que o perfil do egresso deve estar em consonância com as Diretrizes.

A UFFS contempla, nas competências e habilidades do perfil do/a egresso/a, que este deve reconhecer “formas de discriminação racial, social e de gênero, posicionando se diante delas de forma crítica, com perspectiva inclusiva” (BRASIL,

2018, p. 46).

O IFSUL e a UFSM não possuem, no perfil do/a egresso/a, menções que se relacionem à temática.

Palavras que inquietam: Discussão

Após investigar o PPC dos cursos o que se percebe, em primeira via, é que apenas uma instituição pesquisada possui uma disciplina que se volte especificamente para o estudo de Educação para a Sexualidade. A disciplina que estuda nomeadamente o tema é denominada “Corpos, gêneros e sexualidades” da UFPEL. As demais universidades articulam a discussão do tema a disciplinas de diversidade, inclusão, ensino, sociedade, psicologia e questões étnico raciais.

Observando esta falta de especificidade, não se pode concluir que o tema é pouco ou muito discutido. Contudo, é importante ressaltar que ainda não há, nos PPC's, em geral, um esforço notável para incluir Educação para a Sexualidade na formação dos professores de Ciências Biológicas. Embora se sabe que os/as professores/as desta disciplina não são os únicos responsáveis por trabalhar com o tema na sala de aula, geralmente recai sobre estes professores/as o ensino da temática:

Embora não seja exclusividade dos cursos de ciências biológicas trabalhar temas relacionados a sexualidade e gênero, sabe-se que é competência da disciplina biologia tratar conteúdos como doenças sexualmente transmissíveis, fisiologia e reprodução humanas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nos quais especialmente difícil determinar a fronteira que separa os conceitos científicos das ciências naturais de um discurso moralizante em relação ao sexo, para crianças e adolescentes. (SOUZA; DINIZ, 2010, p. 03).

Por isso, é imprescindível que o currículo dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas contemple Educação para a Sexualidade e, mais que isso, dediquem a devida atenção e importância ao tema. Araújo, Cruz e Dantas (2018, p. 10) afirmam que, em decorrência do histórico exclusivamente biológico em que se enraizou a Educação para a Sexualidade, muitos/as professores/as de Ciências Biológicas estão “fortemente ancorados em uma visão da sexualidade reprodutiva e subsidiada por uma supremacia do argumento biológico”. Sendo assim, é responsabilidade das universidades formadoras de professores/as buscar mudanças

para que os novos futuros/as professores/as se desancorem desta visão exclusivamente biologicista, promovendo discussões que extrapolem este viés.

Um dos cursos (IFSUL) oferece uma disciplina que articula Educação para Sexualidade à aprendizagem da anatomia e fisiologia do corpo humano. Considerando que os/as professores/as de Biologia devem trabalhar questões de anatomia e fisiologia, o curso deve, obviamente, trabalhar este tema, todavia é necessário considerar que “sobretudo quando se trata de questões humanas, muito do que é dado como terreno exclusivo das ciências naturais recebe influência direta das instituições e das práticas sociais” (SOUZA e DINIZ, 2010, p. 14-15). Então, apesar de se considerar campo das ciências naturais, a anatomia e a fisiologia, envolvem ciências humanas ao serem influenciadas pelas práticas sociais, assim a discussão do tema articulado à Educação para a Sexualidade, se bem estruturada e conduzida pode ser positiva, contando que não dê preferência a uma ou a outra, mas que se discuta ambas.

As disciplinas que incluem o estudo de Educação para a Sexualidade atreladas à Sociedade e a discussões étnico raciais, apresentam uma concepção breve do tema. Como no caso da UNIPAMPA que na disciplina de Biologia e Sociedade fala em “Saúde e Orientação Sexual”. O referido trecho é a única menção encontrada sobre o tema. Além da FURG que não apresenta gênero e sexualidade em seu PPC, mas na disciplina de Sociedade Educação e Relações Étnico-Raciais, inclui “Aspectos sociais e antropológicos referentes às comunidades tradicionais, implicações ideológicas e o respeito à particularidade da diversidade” (2019, p. 62). Ambas as universidades citadas não apresentam uma abordagem efetiva de Educação para a Sexualidade.

Souza, Coelho e Campos (2020) atentam para a necessidade de reconhecer que há dinâmicas preconceituosas que influenciam na elaboração dos currículos. Para Marques as questões da sexualidade no ponto de vista conceitual devem ser inseridas na grade curricular articuladas a boa prática pedagógica das/os professoras/es e a transformação do currículo (2020). Em contrapartida, para Mayte Bejarano Franco e Antônio Mateos Jiménez, se o currículo não promover conceitos e ferramentas didáticas que possibilitem abordar assuntos relacionados à temática Educação para a Sexualidade, então que o professor busque soluções e promova diálogos com os alunos (FRANCO; JIMÉNEZ, 2015).

A UFSM merece destaque positivo, pois em Didática das Ciências Biológicas,

demonstra preocupação em abordar questões de sexualidades, corpo e gênero no contexto educacional e social, além de incluir o estudo de artefatos e pedagogias culturais e sua influência nas produções de corpo; e especificidades das relações de diversidade de gênero e sexualidade. Haja vista que esses debates contribuem para “um ambiente propício ao diálogo e ao questionamento permanente de novas práticas educativas”, é o que escrevem Leandro Corsico Souza e Nilson Fernandes Dinis (SOUZA e DINIS, 2010, p. 15).

No que se refere aos núcleos das instituições que abordam Educação para a Sexualidade, o IFFAR, o IFSUL e a UFPEL apresentaram em seu PPC seus respectivos núcleos, articulando-os à formação de professores/as em seus cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas. Por isso, merecem destaque tendo em vista que apresentaram os objetivos dos núcleos, buscando a transversalidade da temática da Educação para a Sexualidade, ou seja, que atravesse o currículo, perpassasse as ações da instituição e faça parte da formação de professores/as. Tais núcleos englobam ações concretas vinculadas ao curso, como rodas de conversa, debates, seminários, programas e projetos de extensão; o que demonstra uma preocupação real em incluir discussões e reflexões acerca da Educação para a Sexualidade nos diferentes cursos da universidade, e mais que isso, demonstra os meios que serão utilizados para proporcionar as reflexões.

Sobre o Perfil do/a Egresso/a, as menções foram bem pontuais e objetivas, voltadas, em maioria, ao objetivo de formar um/a aluno/a que saia da instituição capaz de reconhecer formas de discriminação de gênero e se posicionar diante delas. Além de estar disposto a dialogar e acolher a diversidade presente na comunidade escolar.

Ademais, é importante frisar que ao desenvolver uma crítica à falta de uma abordagem consistente de Educação para a Sexualidade nos PPC's dos cursos, não está se afirmando que o tema não é trabalhado ou é pouco trabalhado nos cursos, mas sim problematizando o que está mencionado nestes documentos, pois a pesquisa trata-se de uma análise documental. Assim, a crítica mencionada refere-se a falta de consistência do tema exclusivamente no documento. Para determinar se o tema é abordado e discutido com os discentes de maneira efetiva, pode-se desenvolver outra pesquisa que inclua uma metodologia que permita conversar com os discentes, visando compreender a efetiva abordagem de Educação para a Sexualidade no curso.

Últimas palavras: as Considerações Finais

Sabendo que o objetivo geral deste estudo foi “analisar como os projetos pedagógicos e/ou as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul abordam a temática Educação para a Sexualidade”, considera-se que foi alcançado, pois foi desenvolvida uma análise dos PPC’s dos cursos das instituições federais voltada à temática de Educação para a Sexualidade. Tal análise abarcou os objetivos específicos.

Quanto ao primeiro objetivo específico “verificar se os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul compreendem em seu Projeto Pedagógico e/ou Matriz Curricular o estudo da temática de Educação para a Sexualidade e Gênero” foi verificado que seis das nove instituições investigadas possuem, pelo menos, uma disciplina que promova o estudo da Educação para a Sexualidade. Além disso, duas instituições apresentaram núcleos que envolvem a discussão da temática atrelados aos cursos pesquisados.

Já o segundo objetivo específico “avaliar de que forma a Matriz Curricular e/ou o Projeto Pedagógico dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das instituições federais do Rio Grande do Sul orientam os/as futuros professores/as a trabalhar a temática de Educação para a Sexualidade na prática docente”, foi parcialmente atingido. Notou-se que não é possível, por meio de uma análise dos PPC’s, concluir de que forma os/as futuros/as professores/as são orientados/as a trabalhar a temática. Isso dado que os documentos apresentam apenas a disciplina, a ementa e o objetivo e isso não contempla uma resposta ao objetivo específico referido.

Alguns dos PPC’s discorrem mais sobre o tema do que outros, assim, algumas visões são mais explícitas. Há instituições que incluem a temática em estudos de diversidade, em estudos contemporâneos, estudos relacionados à prática docente e a didática e até mesmo em estudos do corpo. Foi possível conceber que o tema pode ser discutido de diversas maneiras, pois cada instituição apresentou um modo particular de ver e fazer, o que é uma característica do que é humano. Escrever um PPC é humano, a Educação é humana, as práticas envolvidas na formação de professores são humanas; e tudo que é humano respeita um local, uma cultura, uma história, uma forma de ver e fazer.

Ademais, considera-se que o trabalho foi além do pretendido inicialmente, que se resumia em investigar as disciplinas, estendendo o estudo, ainda que curto, a observar, também, os núcleos e o perfil do/a egresso/a, visando responder a todos os objetivos.

Considera-se que este trabalho abre horizontes para novas pesquisas, que podem incluir conversas com estudantes de diferentes universidades, bem como, os professores formadores de cursos de licenciatura, para que se analise, na prática, se essa concerne com os documentos institucionais investigados nesta pesquisa.

Acredita-se que a prática pedagógica dos/as professores/as vai além do que está nos documentos, visando a transformação pessoal, social e profissional de cada sujeito. Todavia os documentos das universidades precisam ser mais específicos na tentativa de fortalecer, bem como embasar os/as docentes formadores/as acerca de como abordar a Educação para a Sexualidade em sala de aula. O debate do tema em pauta vai ao encontro do empoderamento, da equidade, do respeito, da promoção à saúde, da formação de uma sociedade mais humana.

Referências

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. *Gênero e sexualidade na escola*. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BARCELLOS, Nora Ney Santos; JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 10, n. 2, p. 334-345, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES 1301/2001*, de 6 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. *Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/ciencias-biologicas/informacoes-do-curriculo>>: Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, campus Panambi: Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=60512>: Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Sertão: Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em <<https://ifrs.edu.br/sertao/ensino/cursos-superiores/licenciatura-em-ciencias-biologicas/>>: Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense, *campus* Pelotas: Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em <<http://old.cavg.ifsul.edu.br/licenciaturas/1229-lic-ciencias-biologicas.html>>: Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo: Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccblcl>>. Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Universidade Federal do Pampa: Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciasbiologicas/pagina_fixa/ppc/. Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Universidade Federal de Pelotas: Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ib/graduacao-em-ciencias-biologicas/>>: Acesso em: 17/08/2021.

BRASIL. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas*, Universidade Federal do Rio Grande: Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em <<https://biologicalicenciatura.furg.br/projeto-pedag%C3%B3gico-do-curso.html>>: Acesso em: 02/09/2021.

FRANCO, Mayte Bejarano; JIMÉNEZ, Antônio Mateos. La educación afectivo-sexual en el sistema educativo español: análisis normativo y posibilidades de investigación. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.10, n. esp. n. 2. 2015.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1983.

MARQUES, Jéssica Karine. *Percepções sobre Sexualidade e Gênero de Professoras no*

Ensino de Ciências: um Estudo de Caso. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de São Carlos, campus Araras - SP, 2019.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. *Pesquisa e Ensino*, v. 1, p. e202011-e202011, 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, Pelotas, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016b.

SARTORI, J.; PEREIRA, T. I. *A construção do conhecimento no Mestrado Profissional em Educação*. Porto Alegre: Cirkula, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Dianne Cassiano de.; COELHO, Leandro Jorge.; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Sexualidade e preconceito na formação inicial de professores de Ciências e Biologia: indicativos a partir da pedagogia histórico-crítica. *Debates em Educação*, v. 12, n. 26, p. 365-380, 2020.

SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. *Pro-Posições*, v. 21, p. 119-134, 2010.

TORRADA, Lara; RIBEIRO, Paula Regina Costa.; RIZZA, Juliana Lapa. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. *Revista Contexto & Educação*, v. 35, n. 111, p. 46-63, 2020.

VITOR, Matheus; MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade; ZÔMPERO, Andréia de Freitas. Educação para a sexualidade e formação inicial docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em ciências biológicas. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 25, n. 1, p. 282-305, 2020.

Recebido em fevereiro de 2023.
Aprovado em agosto de 2023.